



Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmiento

O ESCUDO PORTUGUÊS NAS ARMAS ESPANHOLAS.

GARCIA, Luís Pinto

Ano: 1940 | Número: 50a

Como citar este documento:

GARCIA, Luís Pinto, O escudo português nas armas espanholas. *Revista de Guimarães*, Volume especial comemorativo dos Centenários da Fundação e da Restauração de Portugal, 1940, p. 255-258.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmiento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmiento.uminho.pt
URL: www.csarmiento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

O : ESCUDO : PORTUGUÊS NAS : ARMAS : ESPANHOLAS

PELO DR. LUÍS PINTO GARCIA

SÓCIO CORRESPONDENTE DA SOCIEDADE MARTINS SARMENTO



PÓS a entrada das tropas espanholas em Portugal, em 1580, cunhou-se moeda nacional em nome dos Filipes, passando o escudo português a figurar nas armas das Espanhas, juntamente com outros de regiões conquistadas pelas hostes mercenárias dos reis espanhóis. Vamos encontrá-lo nas moedas para Castela, para as Duas Sicílias, para Milão e para os Países-Baixos, cunhadas quer em nome dos soberanos, quer em nome dos Governadores ou Vice-reis, como sucedeu com Alberto e Isabel neste último país.

Tudo nos leva a crer que tal facto se desse logo nas primeiras cunhagens que se fizeram

seguidamente à ocupação do nosso país, pois o primeiro exemplar que conhecemos é de 1582 e foi cunhado para os Países-Baixos, em nome de Filipe II (I de Portugal). Em 1640 sacudimos o jugo espanhol e a guerra da Restauração prosseguiu até 1668. Durante este período de 28 anos, Filipe IV e Carlos II continuaram a usar, indevidamente, nas suas armas, o escudo português. Este uso justificava-se ainda porque os soberanos de Espanha, julgando-se com direitos sobre a coroa portuguesa e acarinhando certa esperança na sorte das suas armas, o conservavam simbolicamente como um título de posse.

Mas a Revolução portuguesa vingou, e a paz surgiu finalmente. Continuou, porém, Carlos II, posteriormente ao ano de 1668, a mandar cunhar moeda com o escudo português em situação destacada. Qual a razão disso? ¿Não poderia o monarca espanhol conformar-se com a ideia de perder para sempre a nação lusitana? ¿Não se daria ainda por vencido o orgulho castelhano? ¿Continuaria Portugal a ser para a Espanha um território irredento?

Perante um facto destes é natural que o nosso governo, após aquela data, tivesse feito quaisquer diligências diplomáticas junto da chancelaria espanhola. Consequência de tais diligências é certamente o documento que em seguida reproduzimos

REVISTA DE GUIMARÃES

e que o falecido numismata Dr. Manuel Francisco de Vargas, que também o transcreveu, supunha ter sido integralmente cumprido.

Esse documento, extraído dos *Estudios del reinado de Felipe V*, de Canovas del Castillo, reza assim:

Señor mío: De orden del Consejo remito a V. S. I. la copia inclusa del Decreto de S. M., que ha bajado a el para en que lo mira á esta corte y en las provisiones de la Sala, se sirva V. S. I. mandar dar cumplimiento, y á mi muchas ocasiones de su servicio, que executaré con segura voluntad. Guarde Dios á V. S. I. muchos años como deseo.

Madrid e Julio 18 de 1685. — II.^{mo} Sr.: B. L. M. de V. S. I. — El marqués de Castellors.

II.^{mo} Sr. D. Antonio Ronquillo.

S. M. 15 de Julio de 1685.

El consejo: Para que se quiten del escudo Real las armas que tocan al Reyno de Portugal, y que á este fin se den por el las ordenes necesarias. Estando resuelto que para que los portugueses no tengan motivo de reparo ni queja se quiten del escudo de mis armas la de aquella corona, y no se pongan en la nueva moneda segoviana que se está labrando, y que se prevenga á las Chancelarias y Audiencias de estes Reynos que en los instrumentos publicos no se nombre el título de Rey de Portugal, mando se repitan las ordenes para la observancia, y que lo mismo se execute en las impresiones que se seguiren, así en esta Corte, como en las demás partes del Reyno. — Madrid 15 de Julio de 1685. — Al señor Presidente del Consejo.

Não passa este documento duma satisfação diplomática, pois conhecemos as seguintes moedas, com data posterior ao ano de 1685, que ainda conservam o escudo português:

Castela: Carlos II — Mela-onça de ouro, de 1699 (*Heiss, pr. 40, n.º 4*)

Carlos II — 2 escudos de ouro, de 1699 (*Heiss, pr. 40, n.º 6*)

Carlos II — Escudo de ouro, de 1699 (*Heiss, pr. 40, n.º 7*)

Milão: Carlos II — Escudo de prata, de 1694 (*Heiss, pr. 166, n.ºs 11 e 12*)

Carlos II — Meio-escudo de prata, de 1694 (*Heiss, pr. 166 n.º 13*)

Carlos II — 1/4 de escudo de prata, de 1694 (*Heiss, pr. 166 n.º 14*)

Brabante e Limburgo: Carlos II — 16 soberanos de ouro, de 1693 (*Heiss, pr. 193, n.º 1*)

Carlos II — Duplo-soberano de ouro, de 1686 (*Heiss, pr. 193, n.º 3*)

Carlos II — Soberano de ouro, de 1686 (*Heiss, pr. 193, n.º 4*)

O ESCUDO PORTUGUÊS

Carlos II — Duplo-ducatão de prata, de 1694 (*Heiss, pr. 194, n.º 9*)

Carlos II — Duplo-patagão de prata, de 1694 (*Heiss, pr. 194, n.º 10*)

Carlos II — Patagão de prata, de 1694 (*Heiss, pr. 194, n.º 11*)

Carlos II — Escalim de prata, de 1698 (*Heiss, pr. 194, n.º 12*)

Carlos II — Liard de cobre, de 1693 (*Heiss, pr. 195, n.º 15*)

Flandres: Carlos II — 8 soberanos de ouro, de 1694 (*Heiss, pr. 195, n.º 19*)

Carlos II — 4 soberanos de ouro, de 1696 (*Heiss, pr. 195, n.º 20*)

Carlos II — Liard de 12 mites de cobre, de 1686 (*Heiss, pr. 195, n.º 24*)

Carlos II — Liard de cobre, de 1692 (*Heiss, pr. 195, n.º 25*)

¿ Qual a data em que, nas moedas, teria sido definitivamente retirado o escudo português das armas reais espanholas?

¿ Em 1694, como diz Manuel Joaquim de Campos no *Arqueólogo Português*, (vol. VII, pág. 217)?

O exemplar a seguir gravado mostra que o nosso escudo ainda se conservava nas numismas espanholas pelo ano de 1699.



3206

Mela-onça de ouro, de Carlos II, para Castela

Como se explica tal facto? - Dificuldade em fabricar novos cunhos? Demora na execução do decreto citado? Excessiva demora seria um lapso de 14 anos...

¿ Ou guardariam ainda o soberano e os governantes espanhóis a esperança de, num futuro mais ou menos próximo, se apoderarem da coroa portuguesa, dando contra-ordem secreta aos directores das cecas?

Neste caso o decreto seria apenas uma satisfação moral à nação portuguesa *...para que los portugueses no tengan motivo de reparo ni queja...*.

E assim, durante 59 anos, após a Independência nacional, Filipe IV e Carlos II continuaram usando o nosso escudo nas suas armas, julgando-se *in mente* ainda reis de Portugal. Só com a subida ao trono de Filipe V e com o dealbar do século XVIII o escudo português dali desapareceu.

62

As moedas espanholas com o escudo português sobre as Armas nacionais são de: Castela (Filipe II, Filipe III, Filipe IV e Carlos II); Duas Sicílias (Filipe III e Filipe IV); Milão (Filipe III, Filipe IV e Carlos II); Países-Baixos — Ducado de Brabante (Filipe II, Alberto e Isabel e Filipe IV); Ducados de Brabante e Limburgo (Carlos II); Condado de Artois (Filipe II); Ducado de Artois (Filipe IV); Condado de Namur (Filipe II); Ducado de Luxemburgo (Filipe IV); Condado da Flandres (Alberto e Isabel, Filipe IV e Carlos II); Ducado de Gueldres (Alberto e Isabel); Senhorio de Tournai (Alberto e Isabel e Filipe IV) e Condado da Borgonha — Cidade de Dola (Filipe IV).

63